



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 137536-4/01 – Comarca do Recife

Agravante: Banco Banorte S/A. – Em Liquidação Extrajudicial.

Agravado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXCLUSÃO DA MULTA E DOS JUROS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que a liquidação extrajudicial, prevista na forma da Lei nº 5.764/71, não prevê a exclusão da multa moratória e nem interrompe a contagem dos juros de mora, razão que não considero vulnerados os arts. 18, "d" e "f", da Lei nº 6.024/74; 586 e 618 do CPC e as Súmulas nºs 192, 565 e 595 do STF. 2. Recurso de agravo improvido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 137536-4/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 23 de outubro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

R
SSIO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Passos Barreto

Recurso de agravo nº 137536-4/01 - Comarca do Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: Banco Banorte S/A. - Em Liquidação Extrajudicial.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que deu parcial provimento ao apelo, para julgar improcedentes os embargos à execução fiscal pioneira, que deve prosseguir, com redução do percentual da multa fiscal para 30% (trinta) por cento.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois um dos efeitos imediatos da instauração da liquidação extrajudicial em instituição financeira é o impedimento legal de recolher quaisquer valores, mesmo aos cofres públicos, relacionados a juros, correção monetária e ou penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas, prequestionando-se explicitamente os arts. 18, "d" e "f", da Lei nº 6.024/74; 586 e 618 do CPC e as Súmulas nºs 192, 565 e 595 do STF, ditos violados.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do apelo, com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

"(...)

A questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, a possibilidade do fisco estadual poder executar créditos em empresa em liquidação extrajudicial, encontra-se sedimentada na jurisprudência do STJ, no sentido de que a Fazenda Pública não fica sujeita ao concurso de credores nos casos de liquidação extrajudicial, sejam créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido em momento anterior ou posterior à quebra, a forma de cobrança se dá igualmente, por meio de execução fiscal, confira-se arestos adiante ementados: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 515 E 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. CDA'S CONSTITUÍDAS A PARTIR DAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS PELO PRÓPRIO CONTRIBUINTE. EMBARGOS DO DEVEDOR ACOLHIDOS PARA CORRIGIR EQUÍVOCOS NAS REFERIDAS DECLARAÇÕES. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM PROVA PERICIAL. REEXAME. SÚMULA 07/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA FÁTICA. MULTA E JUROS. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, IMPROVIDO (REsp 991024/PR, T1, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 04/02/2009). EXCEÇÃO DE PRÉ-

EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CRÉDITOS DA MASSA. ARTIGOS 187 DO CTN E 29 DA LEI 6.830/80. PREVALÊNCIA DO CTN SOBRE A LEI 6.024/74. 1. O Código Tributário e a Lei nº 6.830/80 prevalecem sobre a Lei nº 6.024/74 ao disporem sobre a não-sujeição da Fazenda Pública ao concurso de credores nos casos de liquidação extrajudicial. 2. Sejam créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido em momento anterior ou posterior à quebra, a forma de cobrança se dá igualmente, por meio de execução fiscal, que não é atraída ou suspensa pelo juízo do concurso de credores. 3. Recurso especial não provido (REsp 902771/RS, T2, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 18/09/2007). No mais, quanto ao questionado percentual da multa imposta no caso concreto, ainda que fiscal, o STF vem reiteradamente decidindo que seu montante desproporcionado tem caráter confiscatório, o que é vedado pelo art. 150, IV, da CF (confirmam-se RE 81550/MG, rel. Min. Xavier de Albuquerque, RE 91707/MG, Rel. Min. Moreira Alves, RE 492842/RN, rel. Min. Joaquim Barbosa, e ADI 551, rel. Min. Ilmar Galvão), devendo ser reduzida a patamar razoável, no caso a 30% (trinta por cento) do valor devido (confirmam-se RE 239964/RS, rel. min. Ellen Gracie, e RE 220284/SP, rel. Min. Moreira Alves). Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, § 1º - A, do CPC, dou parcial provimento ao presente recurso, apenas para reduzir o percentual da multa para 30% (trinta por cento), não considerando vulnerado o art. 18, "d" e "f", da Lei nº 6.024/74 e a Súmula nº 565 do STF. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem."

Segundo o agravante, um dos efeitos imediatos da instauração da liquidação extrajudicial em instituição financeira é o impedimento legal de recolher quaisquer valores, mesmo aos cofres públicos, relacionados a juros, correção monetária e ou penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.

Ocorre que tal afirmação não deve prosperar, posto que se encontra sedimentada a jurisprudência do STJ, no sentido de que a forma de liquidação extrajudicial prevista na Lei 5.764/71, não prevê a exclusão da multa moratória nem a limitação dos juros de mora, conforme arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO ATACADO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXCLUSÃO DA MULTA E DOS JUROS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO PROLATADO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES. 1. Não há falar em omissão e ausência de fundamentação no julgado quando o Tribunal de origem se manifesta de maneira clara e precisa a respeito de todas as questões postas à sua apreciação. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte. 2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que a liquidação extrajudicial não interrompe a contagem dos juros moratórios.** Precedentes. 3. Agravo regimental não-provido (AgRg no Ag 987423/RJ, T1, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ de 11/12/2008).

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COOPERATIVA. LIQUIDAÇÃO JUDICIAL. EXCLUSÃO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI DE FALÊNCIAS. 1. (...). 3. **As sociedades cooperativas não se sujeitam à falência, dada a sua natureza civil e atividade não-empresária, devendo prevalecer a forma de liquidação extrajudicial prevista na Lei 5.764/71, que não prevê a exclusão da multa moratória pleiteada pela recorrente, nem a limitação dos juros moratórios, posteriores à**

data da liquidação judicial, à hipótese de existência de saldo positivo no ativo da sociedade. 4. A Lei de Falências vigente à época - Decreto-lei nº 7.661/45 - em seu art. 1º, considerava como sujeito passivo da falência o comerciante, assim como a atual Lei 11.101/05, que a revogou, atribui essa condição ao empresário e à sociedade empresária. No mesmo sentido, a norma insculpida no art. 982, § único c/c art. 1093, do Código Civil de 2002, corroborando a natureza civil das referidas sociedades, razão pela qual não lhes são aplicáveis os preceitos legais da Lei de Quebras às cooperativas. 5. (...). 6. Recurso especial desprovido (REsp 803.633/SP, T1, Rel. Ministro Luiz Fux, DJ de 15/10/2007).

No mais, com relação à alegada impossibilidade de cobrança de juros no caso de empresa sob liquidação extrajudicial, a Colenda Corte Estadual assim já se manifestou: *"No que tange com os juros moratórios, entendemos serem exigíveis a partir da citação, haja vista representarem um acessório do débito principal, que a teor do art. 239 do Código de Processo Civil integram o principal, não havendo como excluir sua incidência, aliás, Superior Tribunal de Justiça já pronunciou no sentido de que a liquidação extrajudicial de empresa não acarreta a suspensão do prazo dos juros moratórios."*

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerados os dispositivos de lei explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 29 de outubro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E RELATOR)

Em discussão.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Peço vista Sr. Presidente.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E RELATOR)

Desembargador José Ivo está de acordo?

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

De acordo.

DECISÃO

"APÓS VOTOS DO RELATOR E DO DES. JOSÉ IVO, AMBOS NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, ADIADO O JULGAMENTO A PEDIDO DE VISTA DO DES. BANDEIRA DE MELLO".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 137536-4-01

AGRAVANTE: Banco Banorte S/A – em liquidação extrajudicial

AGRAVADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Ricardo Paes Barreto

VOTO - VISTA

Trata-se, na origem, de **embargos à execução fiscal** aforados pelo **Banorte** em face da **Fazenda Estadual**.

O Juízo *a quo* concluiu pela improcedência total dos embargos (fls. 77/78).

No apelo (fls. 84/89), o Banorte argumenta que uma vez instaurado o regime jurídico de liquidação extrajudicial, “fica a instituição financeira liquidanda legalmente impedida de recolher quaisquer valores, mesmo aos cofres públicos, relacionados a juros, correção monetária e ou penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas, consoante prescreve o artigo 18, ‘d’ e ‘f’, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974”.

Ao apreciar o recurso de apelação, o eminente relator proferiu a decisão terminativa de fls. 114/115, dando provimento parcial ao apelo, apenas “para reduzir o percentual da multa para 30%”.

A essa decisão seguiu-se a interposição de Recursos de Agravo por ambas as partes.

A Fazenda Estadual (no RA 137536-4/02) defende a manutenção da multa tal como cobrada no executivo fiscal.

E o Banorte (neste RA 137536-4/01) assenta que o fato em si da aplicação da multa violaria o art. 18, “f”, da Lei Federal nº 6.024/74, “de modo que não basta mera redução de percentual”, insistindo, também, e pela mesma linha de raciocínio, pela exclusão dos juros moratórios.

Feito este breve relato, passo a me pronunciar.

Reconheço, de proêmio, que a questão relativa à exigibilidade, ou não, de multas tributárias às instituições financeiras submetidas a regime de liquidação extrajudicial, não se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

No sentido da inexigibilidade, colaciono o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ALEGADA NULIDADE DAS CDA'S. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. MASSA FALIDA. ARTIGO 557, DO CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO.

1. A verificação do preenchimento dos requisitos em Certidão de Dívida Ativa demanda exame de matéria fático-probatória, providência inviável em sede de Recurso Especial. Aplicação da Súmula 07/STJ. O Tribunal de Apelação é soberano no exame dos fatos e provas nos quais a lide se alicerça. Tendo decidido a Eg. Corte Estadual que "Analisando-se a Certidões de Dívida Ativa - CDAs ns. 1998.01949.47, 1998.01967.29, 1998.01971.05, 1998.01997.44, 1998.02014.04, 1998.02017.49, 1998.02033.69, 1998.02059.06, 1998.02084.09 e 1998.02094.80 - é fácil constatar que preenchem os requisitos do art. 202 do Código Tributário Nacional e do art. 2º da Lei n.

6.830/80, pois contém o nome do devedor, seu domicílio, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos, a origem do crédito tributário e a disposição de lei em que é fundado e a data em que as dívidas foram inscritas", não cabe ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dessa inferência.

2. Os juros moratórios anteriores à decretação da quebra são devidos pela massa independentemente da existência da saldo para pagamento do principal. Entretanto, após a quebra, a exigibilidade fica condicionada à suficiência do ativo.

3. Neste sentido, é cediço no Eg. STJ que: "I - Como já definiu a jurisprudência desta Corte e do Colendo Supremo Tribunal Federal, a multa fiscal moratória tem característica de pena administrativa.

Neste panorama, é vedada a sua inclusão no crédito habilitado em falência e, por extensão, em face do artigo 34 da Lei nº 6.024/1974 que determina a aplicação subsidiária da Lei de falências, também é interdita a inclusão de tal verba na liquidação extrajudicial. II - O mesmo entendimento não se aplica aos juros de mora anteriores à decretação da liquidação-extrajudicial, os quais são devidos, bem assim os posteriores que somente serão excluídos se o ativo apurado for insuficiente para pagamento do passivo." (Resp 532539/MG, publicado no DJ de 16.11.2004).

4. A taxa SELIC é aplicável como sucedâneo dos juros de mora, motivo pelo qual, na execução fiscal contra a massa falida, a incidência da referida taxa deve seguir a mesma orientação fixada para a aplicação dos juros moratórios, qual seja: a partir de 1º de janeiro de 1996 e até a decretação da quebra, e, após esta data, apenas se o ativo for suficiente para o pagamento do principal, na forma do art.

26 da Lei de Falências.

5. A jurisprudência da Primeira Seção é pacífica no sentido de que são devidos juros da taxa SELIC em compensação de tributos e mutatis mutandis, nos cálculos dos débitos dos contribuintes para com a Fazenda Pública, porquanto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

raciocínio diverso importaria tratamento anti-isonômico, uma vez que a Fazenda restaria obrigada a reembolsar os contribuintes por esta taxa SELIC, ao passo que, no desembolso os cidadãos exonerar-se-iam desse critério, gerando desequilíbrio nas receitas fazendárias (ERESP 36554/SC).

6. Desta sorte, afastadas as alegações no sentido da ilegitimidade da aplicação da Taxa SELIC no campo tributário e diante da existência de norma estadual aplicável à espécie (Lei Estadual 10.297/96), determinando que, para o cálculo de juros de mora, seriam aplicáveis os mesmos critérios para cobrança dos débitos fiscais federais, é de ser mantido íntegro o acórdão recorrido, que acertadamente reconheceu como devida a incidência do referido indexador sobre os débitos de ICMS objeto da execução embargada.

7. Ausência de prequestionamento, no Tribunal de origem, da alegada nulidade da decisão singular que teria sido proferida sem a intimação do síndico para participar do feito e defender os interesses da massa falida, quedando-se inerte a parte no que atine à necessária oposição de embargos de declaração para provocar o pronunciamento acerca do tema.

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 761.755/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2007, DJ 27/08/2007 p. 191)

E, em sentido inverso (no tocante às multas):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO ATACADO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXCLUSÃO DA MULTA E DOS JUROS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO PROLATADO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES.

1. Não há falar em omissão e ausência de fundamentação no julgado quando o Tribunal de origem se manifesta de maneira clara e precisa a respeito de todas as questões postas à sua apreciação. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que a liquidação extrajudicial não interrompe a contagem dos juros moratórios.** Precedentes.

3. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no Ag 987.423/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 11/12/2008)

Dentre tais correntes de entendimento, filio-me à que tem por exigível tanto os juros quanto à multa.

Peço vênha invocar, nessa linha, excerto do voto (vencido, no ponto), proferido pelo Min. José Delgado, no bojo do julgamento do Recurso Especial nº 991.024/PR:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

"(...) Insiste, ainda, a União Federal na pretensão de reformar o julgado para que a recorrida pague juros de mora e multa, tendo em vista que tais encargos foram excluídos pela sentença e pelo acórdão.

O decismum afastou essas parcelas, sob a argumentação seguinte (fls. 1790 e 1791):

'A União invoca o art. 60 da Lei 9.430/96 para dizer da sujeição das entidades em liquidação extrajudicial às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições aplicáveis às pessoas jurídicas. Entende, por isso, que não haveria razão para a não-exigência de multa e juros.

Ocorre que o art. 60 em questão é expresso ao dizer da sujeição às mesmas normas "em relação às operações praticadas durante o período em que perdurarem os procedimentos para a realização de seu ativo e o pagamento do passivo", sendo certo que os créditos em execução dizem respeito a operações de períodos bastante anteriores à decretação da liquidação da Embargante. Por certo que, no ponto, a interpretação do AD 9799 não pode extrapolar a previsão legal.

Quanto aos juros, a União invoca o art. 1º do DL 2.278/85 para dizer serem devidos. Mas tal artigo - que dá nova redação ao art. 1º do DL 1.477/76 - refere-se apenas à "correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades... submetidas a regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência", sendo certo, ainda, que a correção foi expressamente ressalvada pelo Magistrado ao afastar a SELIC sem prejuízo da "utilização da UFIR como fator de atualização monetária em sua substituição e após sua extinção, do IPCA-E". Ademais, o art. 18 da Lei 6.024/74 é inequívoco quanto aos juros e nada consta que tenha sido revogado por legislação posterior: "Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: ... d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo; "

Quanto à multa, a situação é semelhante. Dispõe a Lei 6.024/74: "Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: ... f) não reclamação de correção monetária de quaisquer divisas passivas, nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas." Viu-se que, quanto à correção monetária, houve alteração do regime com revogação tácita da primeira parte da alínea "f" transcrita.

Mas quanto à multa não sobreveio revogação.

Não merece reforma a sentença, pois, quanto a tais pontos levantados pela União'

No ponto ora destacado, firmo entendimento na mesma linha assumida pela Fazenda Nacional. Esta tem razão quando argumenta (fls. 1874/1878):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

5. DO CABIMENTO DA COBRANÇA INTEGRAL DE MULTA E JUROS - DA OFENSA AO ARTIGO 60 DA LEI 9.430/96:

Em que pese se tratarem de procedimentos diversos - liquidação extrajudicial e falência (sendo inclusive este em alguns casos sucedâneo da liquidação extrajudicial) -, o magistrado de primeira instância decidiu por excluir do débito a multa incidente sobre os débitos e os juros de mora, aplicando ao caso concreto a legislação atinente à falência. Na mesma linha de raciocínio seguiu o TRF da 4ª Região.

O art. 18, alínea "d", da Lei nº 6.024/74, foi, manifestamente, derogado pelo disposto no art. 60, da Lei do Ajuste Tributário n. 9.430, de 27/12/1996, que estabelece tratamento específico para as entidades em liquidação extrajudicial em se tratando de tributos federais, in verbis:

"As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência sujeitam-se às normas de incidência dos impostos e contribuições de competência da União aplicáveis às pessoas jurídicas, em relação às operações praticadas durante o período em que perdurarem os procedimentos para a realização de seu ativo e o pagamento do passivo".

Explicitando, pois, o referido artigo de lei, foi baixado o Ato Declaratório SRF n. 097, de 02/12/1999 (publicado no DOU, de 06/12/1999), que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às instituições financeiras submetidas a regime de liquidação extrajudicial"

Esta norma evidencia que, especificamente, às instituições financeiras em liquidação extrajudicial deve ser conferido o mesmo tratamento dado àquelas instituições ativas, no que se refere aos tributos federais, in verbis:

"O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 60, da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, declara que as instituições financeiras submetidas a regime de liquidação extrajudicial sujeitam-se às mesmas normas da legislação tributária aplicáveis às instituições ativas, relativamente aos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, inclusive quanto à não incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa de sua titularidade".

Ao contrário do lançado na r. sentença, fls. 1.704/1.707, constata-se que o Ato Declaratório SRF n. 097, de 02/12/1999 (publicado no DOU, de 06/12/1999) - diploma legal que se aplica, especificamente, neste caso -, equipara as instituições financeiras submetidas a regime de liquidação extrajudicial às instituições ativas, relativamente aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Reserva, portanto, tal tratamento somente às instituições financeiras em liquidação extrajudicial, afastando as demais entidades sob o mesmo regime, que se sujeitam exclusivamente ao disposto no art. 60, da Lei n. 9.430/96.

Assim, considerando que o Ato Declaratório SRF nº 097, de 02/12/1999 (publicado no DOU, de 06/12/1999) não faz qualquer ressalva nem restringe o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

período ao qual se sujeitam as instituições financeiras em liquidação extrajudicial às mesmas normas da legislação tributária aplicáveis às instituições ativas (se antes ou depois da decretação da liquidação extrajudicial daquelas), é evidente que a multa e os juros de mora (cobrados com base na Taxa Selic) são devidos e passíveis de cobrança por meio da presente Execução Fiscal.

Ainda, ao se perquirir da cobrança de multa e juros em face de instituição financeira em liquidação extrajudicial, deve-se levar em consideração que não exigir tais encargos do Banco Bamerindus, por se encontrar este em estado de liquidação extrajudicial, resultará em verdadeiro enriquecimento ilícito deste (em detrimento do interesse público), uma vez que aquele manteve em seu poder durante mais de 9 (nove) anos dinheiro de que deveria - mas não o fez - ter recolhido aos cofres públicos.

Neste diapasão, o Decreto-lei n. 2.278, de 1911/1985, em seu preâmbulo, ressalva que:

“(omissis)”

CONSIDERANDO que o regime legal de intervenção, liquidação extrajudicial e falência das instituições financeiras trouxe lesões profundas à poupança e investimentos populares, deixando-os sem correção monetária;

CONSIDERANDO que os processos de liquidação dessas entidades se arrastam há anos, com a conseqüente valorização dos ativos em detrimento dos credores e, em alguns casos, com evidente enriquecimento ilícito dos devedores;

“(omissis)”

CONSIDERANDO que a própria Lei n. 6.024, de 13 de março de 1974, que regula a intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras, reconhece, em seu artigo 31, a existência, no mercado de capitais, de pressupostos fundamentais da economia pública e da poupança privada,

DECRETA:

Art. 10 - O artigo 1º do Decreto-lei n. 1.477, de 26 de agosto de 1976, alterado pelo Decreto-lei nº 2.015, de 23 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 10 - Incide correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades a que se aplica a Lei n. 6.024, de 13 de março de 1974, submetidas a regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange também as operações realizadas posteriormente à decretação da intervenção, liquidação extra-judicial ou falência, referentes a qualquer tipo de obrigação passiva, contratual ou não, inclusive as penas pecuniárias por infração a dispositivos legais.’

(...)

Assim, considerando os princípios fundamentais apontados no referido diploma legal, em que pese o Apelado se encontrar em estado de liquidação extrajudicial justifica-se a cobrança de multa e juros no caso em análise.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

Corroborando o presente entendimento, cita-se:

"PROCESSUAL CIVIL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTINÊNCIA. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO À ÉPOCA EM QUE ENCONTRA-SE EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL. ('omissis'). LEI 602474. MULTA. IMPOSIÇÃO VÁLIDA. ('omissis')

IV- Multa plenamente devida, porquanto a lei que rege à espécie (lei 602474), não a excluiu.

V- Não tem aplicação os luzeiros 192 e 565 do colendo STF, à espécie, posto não se tratar de Massa Falida, descabendo dar às referidas súmulas interpretação extensiva."

Desta forma, é totalmente exigível a multa em face de entidades em liquidação extrajudicial, dada a existência de lei específica autorizando a referida cobrança.

Para concluir, traz-se à colação:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS -DCTF FORA DO PRAZO. APLICAÇÃO DE MULTA DE CARÁTER MORATÓRIO. POSSIBILIDADE.

1. A decretação da liquidação extrajudicial da impetrante não se apresenta como juridicamente hábil a impedir a cobrança do pagamento de multa por descumprimento de obrigação tributária acessória.

2. A entrega tardia de Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF, não caracteriza ilícito tributário, mas sim uma infração administrativa, razão pela qual não se aplica à espécie, as disposições do art. 138, do Código Tributário Nacional, que somente se aplica às hipóteses de imposição de multas, pela prática de infração tributária.

3. Precedentes deste Tribunal Regional Federal.

4. Apelação e remessa oficial providas".

No tocante aos juros de mora, traz-se à colação o seguinte julgado:

"CONSÓRCIO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS. ADMINISTRADORA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PRETENDIDA SUSPENSÃO DA CONTAGEM DOS JUROS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

A liquidação extrajudicial de empresa não acarreta a suspensão da contagem dos juros moratórios.

Recurso especial não conhecido".

Desta forma, em sendo devidos os juros de mora e a multa de mora in casu, conforme demonstrado, justifica-se o acolhimento do recurso da FAZENDA NACIONAL para o fim de ser mantida a cobrança destes encargos, por serem, manifestamente, exigíveis."

7

RA 137536-4/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª. CÂMARA CÍVEL

A interpretação da legislação citada inclina-se em favor de serem exigidos os juros de mora e multa das entidades financeiras em liquidação judicial quando devedoras de tributos. O tratamento fiscal a ela conferidos deve ser igual ao aplicado às demais pessoas jurídicas, conforme decorre do comando presente no art. 60 da Lei n. 9.430, de 27.12.96.

Dou provimento ao recurso da Fazenda Nacional para determinar a incidência de taxa Selic e da multa sobre os valores devidos."

Com efeito, tenho que não se justifica o pretendido tratamento diferenciado para entidades financeiras em regime de liquidação extrajudicial.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente Recurso de Agravo.

Recife, 3 de dezembro de 2009

Des. Francisco Bandeira de Mello



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRADO".
